

ATA Nº. 22/2013

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal
de Vila Real de Santo António, realizada no dia
18 DE OUTUBRO DE 2013.

Aos dezoito dias do mês de Outubro de 2013, em Vila Real de Santo António, na Sala de Atos da Casa da Câmara de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Presidente da mesma Câmara, **Luís Filipe Soromenho Gomes**, comigo, Francisco José Leiria Sabino, Chefe da Divisão de Atividades Económicas, compareceram, pelas 09.00 horas, a Sra. Vice-Presidente, **Maria da Conceição Cipriano Cabrita**, e os Srs. Vereadores **João Filipe de Brito Sol Pereira**, **João Manuel Lopes Rodrigues**, **David Matias Murta**, **Luis Miguel Cristo Salvador Salas** e **José Estevão Correia da Cruz**, a fim de se realizar a primeira reunião a que se refere o artigo 61.º da Lei n.º 169/99, de dezoito de Setembro, com a nova redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e pela Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- **APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL;**
- **PERIODICIDADE DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL;**
- **FIXAÇÃO DO NÚMERO DE VEREADORES EM REGIME DE TEMPO INTEIRO;**
- **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO;**
- **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI N.º 310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO;**
- **DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE NO ÂMBITO DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;**

- DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE NO ÂMBITO DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO;
- RATIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS EFETUADOS AO ABRIGO DA LEI N.º 47/2005, DE 29 DE AGOSTO;
- NOMEAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, E.M., S.A.;
- EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – BAIRRO SOCIAL DA MANTA ROTA;
- PEDIDO DE INFORMAÇÃO ACERCA DE EVENTUAL EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA REFERENTE A IMÓVEL SITO NA RUA DA PRINCESA, Nº. 97, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- PEDIDO DE INFORMAÇÃO ACERCA DE EVENTUAL EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA REFERENTE A IMÓVEL SITO NO GAVETO DAS RUAS DE AYAMONTE, DR. JOSÉ FRANCISCO GUIMARÃES E INFANTE D. HENRIQUE, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Sr. Vereador David Murta desejou um bom mandato a todos os eleitos e disse que o Partido Socialista (PS) faria uma oposição séria, serena e construtiva. Espera rigor, transparência e responsabilidade do Executivo, pois antevê um mandato autárquico complicado, pela crise que se atravessa, daí que é necessário que todos os eleitos estejam à altura das circunstâncias.

O Sr. Vereador David Murta questionou o Sr. Presidente sobre uma reclamação de um munícipe relativa à atribuição de números de polícia na Rua General Humberto Delgado, em Vila Real de Santo António.

O Sr. Presidente pediu para que o Sr. Vereador David Murta efetuasse uma proposta por escrito para que a Câmara Municipal respondesse ou se incluísse o assunto numa posterior reunião de Câmara.

O Sr. Vereador David Murta apresentou um requerimento a solicitar que lhes seja facultada documentação do processo da empreitada relativa ao “Sistema Intercetor Manta Rota / Altura / Monte Gordo / Vila Real de Santo António” e da candidatura aos Fundos de coesão (I e II) relativa ao projeto "Intercetores e Tratamento de Aguas Residuais de Vila Real de Santo António, documento que constitui parte integrante da respetiva ata, tendo em conta as declarações proferidas pelo Sr. Presidente durante o período da campanha autárquica.

O Sr. Vereador José Cruz começou por desejar um bom mandato a todos os eleitos, mencionado que a Coligação Democrática Unitária (CDU) apoiará os investimentos positivos para o Concelho. Solicitou que fosse realizada uma auditoria interna às finanças do Município sobre o mandato que terminou. Referiu ainda que está preocupado com a data limite para a renegociação do IMI e do acordo de Pescas.

DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL.

O Sr. José Cruz sugeriu que se efetuassem três alterações à proposta de regimento, tendo as mesmas sido aceites, ficando o documento final anexo à presente ata.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Luis Salas, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovado o Regimento da Câmara Municipal, revogando o Regimento que se encontra em vigor e respetivas alterações, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

PERIODICIDADE DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de que as reuniões ordinárias da câmara municipal sejam realizadas com periodicidade quinzenal, às terças-feiras, pelas 9h00, e aprovar o calendário de realização das reuniões

ordinárias até ao final do ano de 2013, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

FIXAÇÃO DO NUMERO DE VEREADORES EM REGIME DE TEMPO INTEIRO.

O Sr. Presidente questionou os Srs. Vereadores das Bancadas do Partido Socialista e da Coligação Democrática Unitária, respetivamente, David Murta, Luis Salas e José Cruz, para saber se tinham interesse em assumir pelouros no presente mandato autárquico.

Os Srs. Vereadores das Bancadas do Partido Socialista e da Coligação Democrática Unitária, respetivamente, David Murta, Luis Salas e José Cruz, comunicaram que não estavam interessados.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Luis Salas, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido da Câmara Municipal fixar em dois o número de vereadores em regime de tempo inteiro para o exercício de funções no presente mandato autárquico, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO ESTABELECIDO NO DECRETO – LEI Nº. 197/99, DE 8 DE JUNHO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta, Luis Salas e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser delegada no Presidente da Câmara Municipal, com possibilidade de subdelegação nos vereadores e dirigentes, dentro dos valores legalmente estabelecidos, as competências em matéria de realização de despesas públicas com a locação e aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e de serviços, estabelecidos no Decreto-Lei n.º 197/99, de 18 de junho, na atual redação, até ao montante de € 748 196,84 (setecentos e quarenta e oito mil cento e noventa e seis euros e oitenta e quatro cêntimos), documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Luis Salas foi apresentada uma Declaração de Voto, que foi lida e ficará apensa à ata.

Pelo Sr. Vereador José Cruz foi dito que entende que a Lei dá competências à Câmara Municipal para delegar poderes no Sr. Presidente. Mas atendendo ao contexto de crise, não concorda que a totalidade das competências possa passar para o Sr. Presidente, pelo que não aprova integralmente a proposta, daí que votará contra.

O Sr. Presidente, em nome da bancada do Partido Social Democrata, também efetuou a seguinte declaração de voto:

“Os eleitos pelo Partido Socialista e pela Coligação Democrática Unitária votam contra a delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente, alegando que há uma excessiva concentração de funções no Presidente e respetivos Vereadores. Assim, os vereadores do partido social democrata não compreendem como é que, relativamente ao ponto de definição dos vereadores em regime de tempo inteiro, tenham demonstrado interesse em atribuir competências e pelouros aos vereadores dos partidos da oposição

para uma maior abrangência de funções pelos eleitos e tenha sido recusado, situação que lamentam.”

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO ESTABELECIDO NO DECERTO – LEI Nº. 310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta, Luis Salas e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser delegada no Presidente da Câmara Municipal, com possibilidade de subdelegação nos vereadores e dirigentes dos serviços municipais, as competências estabelecidas no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, relativas ao licenciamento de realização de acampamentos ocasionais fora dos locais adequados à prática do campismo e caravanismo e das tradicionais fogueiras de Natal e dos santos populares, estabelecendo as condições para a sua efetivação e tendo em conta as precauções necessárias à segurança das pessoas e bens, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Luis Salas foi apresentada uma Declaração de Voto, que foi lida e ficará apensa à ata.

Pelo Sr. Vereador José Cruz foi dito que entende que a Lei dá competências à Câmara Municipal para delegar poderes no Sr. Presidente. Mas atendendo ao contexto de crise, não concorda que a totalidade das competências possa passar para o Sr. Presidente, pelo que não aprova integralmente a proposta, daí que votará contra.

O Sr. Presidente, em nome da bancada do Partido Social Democrata, também efetuou a seguinte declaração de voto:

“Os eleitos pelo Partido Socialista e pela Coligação Democrática Unitária votam contra a delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente, alegando que há uma excessiva concentração de funções no Presidente e respetivos Vereadores. Assim, os vereadores do partido social democrata não compreendem como é que, relativamente ao ponto de definição dos vereadores em regime de tempo inteiro, tenham demonstrado

interesse em atribuir competências e pelouros aos vereadores dos partidos da oposição para uma maior abrangência de funções pelos eleitos e tenha sido recusado, situação que lamentam.”

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE NO ÂMBITO DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta, Luis Salas e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, documento que constitui parte integrante da respetiva ata, no sentido de ser delegada no Presidente da Câmara Municipal, com possibilidade de subdelegação nos Vereadores, a sua competência quanto às seguintes matérias previstas nos artigos 33º. e 39º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro:

1 – Competências materiais:

- Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações;
- Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba;
- Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG;
- Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções;

- Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei;
- Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade;
- Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;
- Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;
- Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;
- Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;
- Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos;
- Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;

- Executar as obras, por administração direta ou empreitada;
- Alienar bens móveis;
- Proceder à aquisição e locação de bens e serviços;
- Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;
- Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;
- Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;
- Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos;
- Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;
- Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;
- Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;
- Designar os representantes do município nos conselhos locais;
- Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;

- Nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços municipalizados;
- Administrar o domínio público municipal;
- Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos;
- Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia;
- Estabelecer as regras de numeração dos edifícios;
- Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município;
- Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município;
- Deliberar, no prazo máximo de 30 dias, sobre os recursos hierárquicos impróprios das deliberações do conselho de administração dos serviços municipalizados;
- Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição;
- Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município;
- Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado.

2 – Competências de funcionamento:

- Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal;
- Proceder à marcação e justificação das faltas dos seus membros.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Luis Salas foi apresentada uma Declaração de Voto, que foi lida e ficará apensa à ata.

Pelo Sr. Vereador José Cruz foi dito que entende que a Lei dá competências à Câmara Municipal para delegar poderes no Sr. Presidente. Mas atendendo ao contexto de crise, não concorda que a totalidade das competências possa passar para o Sr. Presidente, pelo que não aprova integralmente a proposta, daí que votará contra.

O Sr. Presidente, em nome da bancada do Partido Social Democrata, também efetuou a seguinte declaração de voto:

“Os eleitos pelo Partido Socialista e pela Coligação Democrática Unitária votam contra a delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente, alegando que há uma excessiva concentração de funções no Presidente e respetivos Vereadores. Assim, os vereadores do partido social democrata não compreendem como é que, relativamente ao ponto de definição dos vereadores em regime de tempo inteiro, tenham demonstrado interesse em atribuir competências e pelouros aos vereadores dos partidos da oposição para uma maior abrangência de funções pelos eleitos e tenha sido recusado, situação que lamentam.”

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO ESTABELECIDO NO DECRETO – LEI Nº. 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta, Luis Salas e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, documento que constitui parte integrante da respetiva ata, no sentido de:

1 - Ser delegada no Presidente da Câmara Municipal, com possibilidade de subdelegação nos Vereadores, as seguintes competências referentes à concessão de licenças administrativas:

- As operações de loteamento;
- As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento;
- As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor que contenha os elementos referidos nas alíneas c), d) e f) do n.º 1 do artigo 91.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial;
- As obras de reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como dos imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação, e as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração exterior ou demolição de imóveis situados em zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação;
- As obras de reconstrução sem preservação das fachadas;

- As obras de demolição das edificações que não se encontrem previstas em licença de obras de reconstrução.

2 – Delegar no seu presidente, com possibilidade de subdelegação nos vereadores, a competência para aprovação da informação prévia prevista no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação.

3 – Delegar no seu presidente a competência para aprovação fracionada do pagamento das taxas referidas nos n.ºs 2 a 4 do artigo 116.º até ao termo do prazo de execução fixado no alvará, desde que seja prestada caução nos termos do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Luis Salas foi apresentada uma Declaração de Voto, que foi lida e ficará apensa à ata.

Pelo Sr. Vereador José Cruz foi dito que entende que a Lei dá competências à Câmara Municipal para delegar poderes no Sr. Presidente. Mas atendendo ao contexto de crise, não concorda que a totalidade das competências possa passar para o Sr. Presidente, pelo que não aprova integralmente a proposta, daí que votará contra.

O Sr. Presidente, em nome da bancada do Partido Social Democrata, também efetuou a seguinte declaração de voto:

“Os eleitos pelo Partido Socialista e pela Coligação Democrática Unitária votam contra a delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente, alegando que há uma excessiva concentração de funções no Presidente e respetivos Vereadores. Assim, os vereadores do partido social democrata não compreendem como é que, relativamente ao ponto de definição dos vereadores em regime de tempo inteiro, tenham demonstrado interesse em atribuir competências e pelouros aos vereadores dos partidos da oposição para uma maior abrangência de funções pelos eleitos e tenha sido recusado, situação que lamentam.”

RATIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS EFETUADOS AO ABRIGO DA LEI N.º 47/2005, DE 29 DE AGOSTO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta, Luis Salas e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido da Câmara Municipal ratificar os procedimentos constantes da listagem anexa, com fundamento no teor da Informação do Chefe da Divisão de Atividades Económicas, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

NOMEAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, E.M., S.A.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta, Luis Salas e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, documento que constitui parte integrante da presente ata, no sentido de:

1 – Que seja designado como representante do Município na Assembleia Geral da VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, EM SA o Sr. Vereador João Manuel Lopes Rodrigues;

2 - Que seja proposta à Assembleia Municipal a designação como Fiscal Único da VRSA, Sociedade de Gestão Urbana a seguinte entidade:

- Membro Efetivo:

Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda, SROC nº. 23, representada por Carlos Manuel Grenha, ROC nº. 1266.

Membro Suplente:

Carlos Alberto Domingues Ferraz, ROC nº. 362.

Foi dado conhecimento à Câmara Municipal do seguinte:

A Mesa da Assembleia Geral é composta pelos seguintes elementos:

- Presidente: Maria da Conceição Cipriano Cabrita
- Vice-Presidente: João Filipe Brito do Sol Pereira
- Secretário: Maria Madalena Coelho Mendes

O Conselho de Administração é constituído pelos seguintes membros:

- Presidente: Luis Filipe Soromenho Gomes
- Vogais: Pedro Tiago Finote Pires

Pedro Nuno Alfarroba Alves

São designados administradores com funções executivas o Presidente do Conselho de Administração e os dois Vogais, que exercem funções em regime de permanência;

Os membros da Mesa da Assembleia-Geral exercem as suas funções de forma não remunerada, sendo que aos membros do Conselho de Administração e ao Fiscal Único se aplicam as normas do Estatuto Remuneratório dos Órgãos Sociais.

EXERCICIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – BAIRRO SOCIAL DA MANTA ROTA.

O Sr. Vereador José Cruz propôs que a Proposta fosse retirada para um melhor estudo, devendo ser presente na próxima reunião, com uma fundamentação técnica mais adequada.

O Sr. Presidente retirou a Proposta.

PEDIDO DE INFORMAÇÃO ACERCA DE EVENTUAL EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA REFERENTE A IMÓVEL SITO NA RUA DA PRINCESA, Nº. 97, EM VILA REAL DE SANTO ANTÔNIO.

O Sr. Presidente retirou a Proposta para uma melhor análise, devendo ser presente na próxima reunião, com uma adequada fundamentação.

PEDIDO DE INFORMAÇÃO ACERCA DE EVENTUAL EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE
PREFERÊNCIA REFERENTE A IMÓVEL SITO NO GAVETO DAS RUAS DE AYAMONTE, DR.
JOSÉ FRANCISCO GUIMARÃES E INFANTE D. HENRIQUE, EM VILA REAL DE SANTO
ANTÓNIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido da Câmara Municipal não exercer o direito de preferência na venda do imóvel, inscrito na matriz predial sob o nº. 5752, sito no gaveto das Ruas de Ayamonte, Dr. José Francisco Guimarães e Infante D. Henrique, em Vila Real de Santo António, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

MINUTA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo dos números 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar em minuta a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 9 horas e 45 minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, _____, Chefe de Divisão das Atividades Económicas, a redigi, subscrevo e assino.
